DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

**AGRAVO DO ART. 557, § 1º, DO CPC NA APELAÇÃO CÍVEL
PROCESSO N.º 0018273-39.2011.8.19.0001**

AGRAVANTE: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVADA: CONCEIÇÃO DE MARIA DA SILVA

RELATOR: DES. WAGNER CINELLI DE PAULA FREITAS

Agravo do art. 557, § 1º, do CPC. Apelação cível. Obrigação de fazer. Medicamentos. Direito à saúde. Necessidade do medicamento devidamente comprovada por laudo médico. Obrigatoriedade de fornecimento do medicamento considerado *off label*. Decisão monocrática mantida. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de **agravo do art. 557, § 1º, do CPC**, estando as partes acima nomeadas.

ACORDAM, por **unanimidade** de votos, os Desembargadores que compõem a Décima Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em **conhecer e negar provimento ao recurso**, nos termos do voto a seguir.

RELATÓRIO

Trata-se de agravo interno interposto contra decisão do relator que deu provimento à apelação cível interposta pela ora agravada com base no art. 557, § 1º-A, do CPC e negou seguimento ao apelo interposto pelo ora agravante, na forma do art. 557, *caput*, do CPC.

Requer o agravante a reforma total da decisão. Alega, em síntese, a impertinência do uso do medicamento pleiteado para a doença da agravada.

VOTO

É de ser mantida a decisão objeto do presente agravo interno.

Quanto ao mais, reporto-me à decisão agravada por seus próprios fundamentos, que adoto, a saber:

“Analisando o primeiro recurso, assiste razão à autora, ora primeira apelante.

Os médicos particulares têm responsabilidade nos seus atestados e respondem perante a lei, na hipótese de desvio de conduta, sabido, aliás, que a má-fé não se presume. Desta forma, o exigível é que o documento seja firmado por profissional habilitado. Veja-se o seguinte julgado de nosso Tribunal:

2009.227.00155 - APELACAO / REEXAME NECESSARIO - DES. PAULO MAURICIO PEREIRA - Julgamento: 11/02/2009 - QUARTA CAMARA CIVEL. I) Direito à saúde. Fornecimento de medicamentos. A universalização da saúde é objetivo da República (arts. 196 e 200, CF), constituindo um direito de todos e dever do Estado, a quem a Constituição encarrega de prover os meios suficientes para garanti-lo aos necessitados. II) Obrigação solidária dos entes federais, estaduais e municipais. Súmula 65, TJERJ. III) Impossibilidade dos entes públicos limitarem os medicamentos necessários à saúde da pessoa por lista de remédios elaborada pelos próprios, a qual deve servir apenas de parâmetro para evitar a exigência de medicamentos supérfluos. IV) Eventuais problemas orçamentários não podem obstaculizar a implementação do direito previsto constitucionalmente. V) Não se há de exigir do cidadão que exiba receita prescrita por médico credenciado pelo SUS, pois os particulares merecem o mesmo crédito, até prova em contrário. VI) Honorários advocatícios fixados de forma razoável. VII) Recurso ao qual se nega liminar seguimento, com aplicação do art. 557, CPC.

(grifou-se)

A verba honorária merece majoração, aplicando-se, como bem destacado pela Procuradoria de Justiça em

seu parecer, o disposto no Enunciado 27 do Aviso 55/2009 do TJ/RJ, abaixo transcrito:

“27. Nas ações que versem sobre a prestação unificada de saúde, a verba honorária arbitrada em favor do Centro de Estudos Jurídicos da Defensoria Pública não deve exceder ao valor correspondente a meio salário mínimo nacional.”

Nesse sentido:

0002545-69.2011.8.19.0061 – APELACAO – DES. EDSON VASCONCELOS - Julgamento: 19/06/2013 - DECIMA SETIMA CAMARA CIVEL

*FORNECIMENTO DE REMÉDIO. OBRIGAÇÃO CONCORRENTE DOS ENTES PÚBLICOS. CIRURGIA NECESSÁRIA AO TRATAMENTO DE DOENÇA. GARANTIA CONSTITUCIONAL. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA DEVIDOS PELO MUNICÍPIO EM FAVOR DO CEJUR - MAJORAÇÃO - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, sendo irrefutável a responsabilidade solidária entre os entes da Federação no sentido de garantir o fornecimento de todo o tratamento necessário ao restabelecimento da saúde. Verba honorária em favor do Centro de Estudos Jurídicos que deve ser majorada, eis que fixada em valor ínfimo, devendo ser aplicado o enunciado 27, aprovado na sessão do Tribunal Pleno do TJERJ, publicado em 23.09.2009, por meio do AVISO Nº 55/2009. Negado provimento ao primeiro recurso e parcial provimento ao segundo apelo.
(grifou-se)*

Passa-se à análise do recurso de apelação interposto pelo Estado do Rio de Janeiro.

A prova dos autos demonstra que a parte autora é portadora de displasia ectodérmica hidrótica,

necessitando fazer uso contínuo do seguinte medicamento: ISOTRETINOÍNA 10mg, conforme se verifica do teor dos documentos de fls.10/11.

O uso do medicamento considerado experimental (off label), deve, diante de ter sido prescrito por médico habilitado, que detém o conhecimento técnico e que acompanha o quadro clínico grave do paciente, ser fornecido à autora, diante da ponderação de interesses.

Sobre o tema, veja-se o entendimento do TJ/RJ:

0218481-73.2010.8.19.0001 – APELACAO - DES. CARLOS JOSE MARTINS GOMES - Julgamento: 24/10/2013 - DECIMA SEXTA CAMARA CIVEL
Ementa: Apelação Cível. Ação de obrigação de fazer. Rito comum ordinário. Solidariedade entre os entes públicos na prestação do serviço de saúde, nos termos do que dispõe o art. 198 da Constituição Federal. Os artigos 196 e 198 da Constituição Federal dispõem que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. Questões orçamentárias que não podem servir para limitar o direito constitucionalmente previsto à saúde. O direito à saúde não pode ser limitado a remédios que constem da lista do SUS. Pleito do Estado do Rio de Janeiro de declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 19-M, da Lei nº 8.080/90, com observância de cláusula de reserva de plenário, que não merece ser acolhido, posto que, ao contrário do alegado, a procedência do pedido autoral não nega aplicação aos dispositivos legais contidos na referida norma legal de modo a considerá-la inconstitucional. Obrigatoriedade de fornecer medicamento mesmo não estando registrado na ANVISA, haja vista que deve ser aplicada a ponderação de interesses, priorizando sempre a vida, em detrimento de trâmites burocráticos de órgãos públicos para autorizar a comercialização de medicamento indispensável para preservar a integridade física da autora. Taxa judiciária devida pelo Município, considerando o disposto no art. 115

do Código Tributário Estadual, conforme a Súmula nº 145 deste Tribunal. Estado do Rio de Janeiro que é isento do pagamento da taxa judiciária, diante da aplicação do instituto da confusão. Art. 557, caput e § 1º do CPC. Primeiro apelo a que se dá parcial provimento, apenas para excluir da sentença a condenação do Estado do Rio de Janeiro ao pagamento da taxa judiciária. Segundo recurso a que se nega seguimento.

(grifou-se)

Deve o segundo apelante, portanto, diante da hipossuficiência da parte autora, fornecer o medicamento de que ela necessita, como acertadamente determinado na sentença atacada.

Ante o exposto, CONHEÇO DOS RECURSOS, DOU PROVIMENTO AO PRIMEIRO APELO, nos termos do art. 557, § 1º-A, do CPC, para, reformando parcialmente a sentença, determinar seja suprimida a exigência de receituário emitido exclusivamente por médico do SUS e para majorar o valor dos honorários advocatícios para R\$ 362,00 (trezentos e sessenta e dois reais) E NEGO SEGUIMENTO AO SEGUNDO, na forma do art. 557, caput, do CPC, por manifestamente improcedente. Fica mantida a sentença integralmente como lançada.”

Assim sendo, a decisão atacada pelo agravo interno está correta.

Desta forma, voto no sentido de **conhecer e negar provimento ao recurso**, mantida a decisão agravada, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2014.

**WAGNER CINELLI
DESEMBARGADOR
RELATOR**